

Editorial

A questão Turca

Álvaro de Vasconcelos

Dos muitos variados debates que atravessam a União Europeia, talvez o mais essencial, talvez o mais essencial para o seu futuro – e que por isso suscita tanta paixão – seja o estimulado pela crescente credibilidade do pedido de adesão da Turquia. A «questão turca», se assim lhe podemos chamar, sintetiza o dilema decisivo que a Convenção e a Constituição que se desenha terá que resolver para que a União sobreviva à atracção que exerce sobre os seus vizinhos.

Dos muitos e variados debates que atravessam a União Europeia, talvez o mais essencial para o seu futuro – e que por isso suscita tanta paixão – seja o estimulado pela crescente credibilidade do pedido de adesão da Turquia. A «questão turca», se assim lhe podemos chamar, sintetiza o dilema decisivo que a Convenção e a Constituição que se desenha terá que resolver para que a União sobreviva à atracção que exerce sobre os seus vizinhos.

O dilema resulta de que a União Europeia não pode dizer «não» às novas democracias sem se deslegitimar. Ao mesmo tempo, se mantiver o actual orçamento e método de decisão, estará, perante a vastidão do alargamento, condenada a diluir-se e a perder coesão e eficácia. A União, processo de democracia e paz pela inclusão, perderia legitimidade se negasse o direito de dela fazerem parte a países para quem a perspectiva de adesão foi, e continua a ser, um forte incentivo para a consolidação democrática.

Na questão turca, este dilema assume uma faceta particular, pois dizer «não» significaria renegar a identidade fundadora da União, ou seja, a da sociedade aberta, plural, democrática e laica, valores que são um poderoso factor de agregação e também de atracção. País laico desde a revolução de Kemal Attaturk, a Turquia tem vindo a fazer as reformas necessárias para cumprir os critérios de democracia e de respeito pelos direitos do Homem (incluindo a abolição da pena de morte), os chamados «critérios de Copenhaga», que a União impôs, e bem, a todos os candidatos a futuros membros sem excepção.

Dizer «não» à Turquia depois de a ter finalmente aceite no final de 2001 como candidato, reconhecendo assim explicitamente que estava pelo menos no rumo certo, obrigaria a uma

definição eminentemente religiosa, e não política, da União Europeia. É o que têm tentado na Convenção alguns políticos democrata-cristãos com o apoio do próprio Papa, ao defenderem que a futura Constituição europeia afirme o seu apego aos valores cristãos da Europa e à sua identidade histórica e cultural. Se a União se definisse como um clube cristão e culturalmente unitário, deixaria de ser um espaço plural de laicidade, com que os seus cidadãos, independentemente da enorme diversidade de afinidades culturais e religiosas em que se revêem, se podem identificar.

Esta é uma questão vital. Tão vital para os muitos milhões de não cristãos e não crentes, como para católicos, protestantes e ortodoxos, para o sem número de obediências cristãs que querem viver a sua religião de forma intemporal e apolítica. A tendência para a apropriação política da religião, aliás, quer seja tentada por religiosos ou leigos, é uma ameaça séria às liberdades fundamentais. O 11 de Setembro é dessa tentativa de apropriação, a manifestação mais extrema e totalitária.

A União Europeia será, muito em breve, constituída por 25 Estados e, num prazo razoavelmente curto, por talvez mais 9 ou 11, dependendo dos Suíços e Noruegueses. Manter unidas por um mesmo projecto comum experiências históricas e heranças culturais tão profundamente diversas não é possível na evocação de santos e guerreiros comuns a uns poucos. Os heróis de uns são os inimigos dos outros, tanto a história europeia é feita de guerras intestinas.

A Comunidade Europeia fez-se contra a História. A União Europeia contra a História terá que continuar a fazer-se se quiser sobreviver. O património que pode unir e não dividir, no respeito da diversidade europeia, é o de Sócrates, Ibn Rushd – ou Averrois como é conhecido entre nós – Voltaire, Kant, Hannah Arendt, Jean Monnet e muitos outros: o da tolerância, da cidadania, da liberdade, da recusa do nacionalismo. Inscrever estes valores na Constituição é garanti-los, tornando a União mais democrática e transparente.

Uma União que seja um espaço de valores comuns e de cidadania só poderá dizer «sim» à Turquia desde que esta consolide a democracia, livrando-se totalmente da tutela militar, inclusive como garantia suprema da laicidade. As últimas eleições turcas são uma grande esperança de que isso possa acontecer em breve.